

NO AR O TELECURSO 2º GRAU: ENSINO PELA TV E LEGITIMAÇÃO POLÍTICA DA REDE GLOBO DURANTE A DITADURA MILITAR (1978 – 1981)¹

ON THE AIR TELECURSO 2º GRAU: EDUCATION ON TV AND POLICE LEGITIMATION OF REDE GLOBO DURING THE BRAZILIAN DICTATORSHIP (1978-1981)

Wellington Amarante Oliveira²

Endereço: Av. Dom Antônio, 2100 - Parque Universitário, Assis - SP, CEP: 19806-900

Email: prof.amarante@gmail.com

Resumo: Este artigo tem por objetivo central analisar historicamente a trajetória do programa *Telecurso 2º Grau*. A partir do referencial teórico-metodológico da história social da mídia, buscou-se demonstrar como o programa serviu como elemento legitimador da posição privilegiada de Roberto Marinho no campo midiático nacional e possibilitou ao empresário incrementar a sua ligação com o regime militar e deslegitimar as críticas quanto à condição quase monopolizadora da Rede Globo no campo televisivo brasileiro.

Abstract: This article aims to analyze historically the trajectory of *Telecurso 2º Grau*. From the reference of the theoretical-methodological media social history studies, we focused on demonstrating how the TV program served as a legitimizing element of Roberto Marinho's privileged position in the national media field. It also enabled the entrepreneur to increase his relation with the military regime and to delegitimize the judgements about the nearly always monopolistic condition of Globo Television Network in the Brazilian TV field.

Palavras-chave: Ensino pela TV; Regime Militar; Rede Globo;

Key-Words: Education by TV; Military Regime; *Rede Globo*;

¹ Este artigo originou-se a partir dos resultados de pesquisa obtidos na dissertação de mestrado "Telecurso 2º Grau: paradigma no ensino pela TV e legitimação política da Rede Globo, 1977-1981", desenvolvida no programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis) e financiada pela CAPES.

Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (UNESP/ASSIS) com projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). É integrante do grupo de pesquisa História e Mídias Eletrônicas (UNESP).

Este artigo tem por objetivo compreender e analisar historicamente como se processou a inserção de programas educativos na televisão brasileira durante o regime militar, tomando como eixo de análise o programa *Telecurso 2º Grau*, produzido pela Fundação Roberto Marinho (FRM) em parceria com a Fundação Padre Anchieta (FPA) e veiculado, a partir de 1978, pela Rede Globo de Televisão e pela TV Cultura de São Paulo.

Nessa direção, o intento é o de trazer subsídios e elementos, por meio de uma análise sócio-histórica, que possibilitem comprovar a hipótese de que o programa *Telecurso 2º Grau* exerceu, durante o período de 1978 a 1981, uma função central de legitimação política das ações da Rede Globo e do concessionário Roberto Marinho, possibilitando-o incrementar a sua ligação com o regime militar – visto que um projeto de educação via meios de comunicação apresentava-se como prova da preocupação do regime com a instrução pública. Isto serviu, de certa maneira, para justificar as medidas oficiais do governo a favor do desenvolvimento da Rede Globo. Dessa forma, o *Telecurso* reforçou a imagem da emissora de Marinho como eficaz prestadora de serviço social e comprometida com a educação da sociedade brasileira, deslegitimando as críticas quanto à sua condição quase monopolizadora no campo televisivo do país.

Por uma história social da televisão brasileira

Na década de 1980, um grupo de historiadores franceses ligados à *Fondation Nationale des Sciences Politiques* e à Universidade de Paris X – Nanterre reformulou as bases da História política, incorporando a ela novos objetos e novas metodologias. Com essa renovação, a mídia passou a ser tratada como um objeto de estudo histórico¹. Surgiram, assim, pesquisas pontuais sobre a opinião pública, bem como outros objetos midiáticos, entre os quais a televisão. Porém, três décadas após o início dessa reformulação historiográfica, registrada no livro *Por uma história política*, organizado por René Rémond,² o campo historiográfico ainda tem um conhecimento restrito sobre a TV. Isso ocorre porque, de um modo geral, os historiadores sempre relegaram a televisão a um papel secundário, sendo ela mais citada do que estudada. Os estudos que se detêm sobre a televisão como fonte e objeto de pesquisa ainda o são em quantidade aquém daquilo que se deveria produzir, considerando a importância do meio na sociedade contemporânea.

O sociólogo Pierre Bourdieu³ também manifestou insatisfação com o diminuto volume da produção dos historiadores, notadamente no que diz respeito ao mundo contemporâneo; o autor é incisivo ao dizer que “infelizmente em muitos domínios, em

1 Vale citar que, na Inglaterra, o historiador Asa Briggs já desenvolvia pesquisas acerca do Broadcasting, porém de forma restrita e isolada.

2 RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV; UFRJ, 1996.

3 BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p.62.

especial no domínio da história da época recente, os trabalhos são ainda insuficientes, sobretudo quando se trata de fenômenos novos”.

A falta de estudos é notada, também, por pesquisadores ligados à área da Comunicação. Ana Paula Goulart Ribeiro e Micael Herschmann apontam que “há poucos trabalhos de fôlego sobre História da Comunicação na própria História”. E concluem que, apesar da mídia – notadamente os jornais – ser cada vez mais utilizada como fonte histórica em trabalhos que abordam diversos temas, “os estudos dos meios em si (e de suas práticas sociais) ainda são restritos nas universidades do país”.⁴

A carência de estudos sobre a TV não é uma exclusividade brasileira. João Freire Filho afirma que, somente a partir dos anos 1990, a história do meio transformou-se em objeto de sucessivas abordagens científicas, especialmente “nos Estados Unidos e Inglaterra (países onde o serviço televisivo se consolidou precocemente), mas também na Alemanha, Austrália, Espanha, Canadá, França, Itália e Escandinávia (dentro do contexto da desregulamentação, digitalização e convergência do sistema midiático)”.⁵

Um exemplo genuinamente nacional dessa falta de interesse por parte dos historiadores pelo meio televisivo é visível na coleção *A história da vida privada no Brasil*, dirigida por Fernando Novais. No quarto volume, organizado por Lilia Moritz Schwarcz, o capítulo referente à televisão é de autoria de uma socióloga, Ester Hamburguer.⁶ Em entrevista posterior, Nicolau Sevcenko, que também integrara a equipe de organização da coleção, reconheceu a importância do tema e a falta de pesquisadores: “como falar do século XX, caso do último volume, sem falar da televisão?”. E justificou a escolha de Hamburguer: “não se tem ainda uma historiografia da televisão, é preciso contar com alguém que trabalhe com referenciais sociológicos”.⁷ O fato denota a ausência de historiadores brasileiros preocupados em pensar historicamente a TV, ao menos até o final da década de 1990.

O primeiro historiador a escrever sobre a televisão, inicialmente com um foco exclusivo para o trabalho em sala de aula, foi Marcos Napolitano.⁸ Em estudos posteriores, o autor aprofundou suas reflexões de como trabalhar com a TV em ambientes de ensino-aprendizagem,⁹ apresentou os meios audiovisuais como objetos

4 RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERCHMANN, Micael. História da comunicação no Brasil um campo em construção. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERCHMANN, Micael (orgs.). Comunicação e História: interfaces e novas abordagens. Rio de Janeiro: Globo Universidade; Mauad X, 2008. p.14.

5 FREIRE FILHO, João. Por uma nova agenda de investigação da História da TV no Brasil. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael. Comunicação e História: interfaces e novas abordagens. Rio de Janeiro: Globo Universidade; Mauad X, 2008. p.127.

6 HAMBURGUER, Ester. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. História da Vida privada no Brasil. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

7 MORAES, José Geraldo Vince de. Conversas com historiadores brasileiros. São Paulo: Editora 34, 2002. p.360

8 NAPOLITANO, Marcos. A televisão como documento. In: BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula. Contexto, 1997.

9 NAPOLITANO, Marcos. Como usar a televisão na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1999.

possíveis para a pesquisa histográfica¹⁰ e, por fim, tratou de pensar as relações dos programas musicais com o próprio movimento da MPB durante o regime militar.¹¹

Há uma produção acadêmica recente na área de História que visa à construção de uma história social da televisão brasileira. Esta produção está alicerçada no esforço de Áureo Busetto em colocar a TV definitivamente no rol de objetos historiográficos. Seus estudos destacam-se pela preocupação com a reflexão sobre as relações sociais entre a TV e o domínio do político. Assim como Napolitano, suas pesquisas iniciais sobre o meio estavam voltadas para pensar a TV na sala de aula;¹² entretanto, paralelamente, estudos mais específicos sobre a história de televisão no Brasil começaram a ser produzidos,¹³ dedicados às implicações teórico-metodológicas do usos da TV como fonte/objeto e o acesso aos acervos televisivos.¹⁴ Essa inquietação produtiva de Busetto tem resultado em um amplo espaço de reflexão acadêmica no qual novas pesquisas têm buscado pensar a interface entre o político e as dimensões da religião, da cultura e da educação no campo televisivo, contribuindo para a construção de uma história social da televisão brasileira.¹⁵

Há, ainda, duas pesquisas vinculadas à Universidade Federal Fluminense: *Cultura, política e televisão: entre a massa e o popular (1964-1979)*, de Sônia Wanderley (2005), e *A Rede Globo e o seu Repórter: imagens políticas de Teodorico a Cardoso*, de Cássia Louro Palha (2008). Ambas colaboraram pontualmente para inserir a TV na historiografia brasileira.¹⁶

Briggs e Burke acreditam na necessidade de “trazer a história para o interior dos estudos da mídia, e a mídia para dentro da história”, enfatizando, dessa forma, a importância do passado em relação ao presente.¹⁷ Esse procedimento exige do pesquisador a clareza de que a compreensão dos novos padrões e da evolução dos meios de comunicação social

10 NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

11 NAPOLITANO, Marcos. A MPB na era da TV. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. História da televisão no Brasil. São Paulo: Contexto, 2010.

12 BUSETTO, Áureo. Está entrando na sala de aula o Jornal Nacional: perspectivas para uma prática didática do ensino sobre a TV. In: PINHO, Sheila Zambello; SAGLIETTI, José Roberto Corrêa (orgs.). Núcleos de Ensino. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

13 Cf. BUSETTO, Áureo. Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão. Revista Brasileira de História, v.27, p.177-196, 2007.

14 BUSETTO, Áureo. Vale a pena ver de novo – organização e acesso a arquivos televisivos na França, Grã-Bretanha e no Brasil. História (São Paulo), v.33, p.380-407, 2014.

15 Cf. BERNI, Monise Cristina. Entre a Cruz e a Antena de TV: “Um dia sem TV” em prol do “bom senso” (Assis, 1978 – 1983). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2010; LIMA, Eduardo de Campos. Entre a política brasileira de concessões televisivas e as diretrizes católicas de comunicação social: a formação da Rede Vida de Televisão, 1989-1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2010; OLIVEIRA, Wellington Amarante. Telecurso 2º Grau: paradigma no ensino pela TV e legitimação política da Rede Globo, 1977-1981. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista: Assis, 2011; BARROS FILHO, Eduardo Amando de. Por uma televisão cultural-educativa e pública: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011; COSTA, Osmani. Televisão e política: uma história dos canais e redes de TV do Paraná (1964-1985). Londrina: Eduel, 2015.

16 Cf. WANDERLEY, Sônia. Cultura, política e televisão: entre a massa e o popular (1964-1979). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2005; PALHA, Cássia R. Louro. A Rede Globo e o seu Repórter: imagens políticas de Teodorico a Cardoso. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

17 BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. Uma história social da mídia. De Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p.11-17.

depende de uma análise interdisciplinar, a qual deve considerar os debates e descobertas em torno das mídias e a forma que assumem atualmente. Assim, segundo os dois autores, a mídia precisa ser vista como um “sistema em contínua mudança, no qual elementos diversos desempenham papéis de maior ou menor destaque”. E que se deve realizar uma análise da mídia sob a óptica de “uma história social e cultural que inclui política, economia e – também – tecnologia”, todavia distante de qualquer “determinismo tecnológico baseado em simplificações enganosas”. O que se deve buscar é a construção de uma história capaz de agregar múltiplas características da realidade histórica.

O historiador francês Jean-Noël Jeanneney ressalta de forma precisa a importância e o papel que os estudos históricos ocupados com o campo midiático podem desempenhar no debate sobre mídia e democracia. Nas palavras do autor, ao lembrar antecedentes esquecidos, a História “permite enxergar o inédito e fornece algumas soluções para enfrentar os desafios recentes. Simultaneamente, pode alertar-nos, tranquilizar-nos e esclarecer-nos”. Assim, Jeanneney corrobora a visão de Briggs e Burke sobre a necessidade de estudos históricos acerca da mídia serem desenvolvidos com base na interdisciplinaridade.

Essas premissas justificam o objetivo deste artigo, que é o de pensar o ensino via TV no Brasil, tomando como eixo o *Telecurso*, considerando seus aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais, estéticos e tecnológicos. Para subsidiar essa opção metodológica, fez-se necessária, e essencial, uma diversificação das fontes que colaborassem na busca de elementos capazes de embasar tais análises, conjuntamente com a percepção de que é fundamental pensar acerca de campos distintos – no caso de nossa pesquisa, o político, o televisivo e o educacional.

A opção em questão permitiu que a nossa investigação sobre o *Telecurso* da FRM centrasse o seu foco de análise sobre um conjunto de relações que tornou o programa possível de existir socialmente, pensando os agentes e as instituições envolvidas nesse processo de forma relacional, bem como as particularidades do meio televisivo.

Alguns órgãos da imprensa impressa foram parte integrante da pesquisa. Selecionamos os dois periódicos com maior tiragem em São Paulo, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, pesquisados no Arquivo Público do Estado de São Paulo; o jornal de Roberto Marinho, *O Globo*, encontrado na Biblioteca Nacional; além da revista *Veja*, consultada por meio de seu acervo digital. Essas fontes foram importantes para coletarmos dados sobre manifestações (editoriais, artigos, reportagens, matérias especiais) que permitiram conhecer como os agentes do campo midiático, político e educacional viram a relação TV e ensino, as políticas de teleducação e o *Telecurso*, bem como se interagiram ou não em atividades relacionadas ou se tentaram influir no desenrolar delas. Os dados coligidos da imprensa impressa foram cruciais para subsidiar a investigação sobre a relação de cada uma das fundações com outros campos, sobremaneira o midiático e político. Todos esses materiais relativos à imprensa

impressa foram interpretados sem perder de vista quais foram os móveis e interesses das manifestações e participações de cada um dos agentes, que foram pensados e analisados não somente como fonte, mas, também, como objeto.

Ao longo do artigo, verticalizamos a discussão acerca da criação, planejamento e desenvolvimento do *Telecurso*, analisando desde a parceria entre a FRM e a FPA para a consecução do programa até as estratégias utilizadas, sobretudo pela FRM, para assegurar um espaço cativo na teleducação nacional. Discutiremos, ainda, todos os impactos gerados pela criação do *Telecurso*, bem como a repercussão de uma empresa privada de comunicação social colocar-se à disposição para um intento em prol da educação. Buscou-se compreender de que modo a Rede Globo e Roberto Marinho se posicionaram na condição de prestadores de serviço, pensando a relação com os outros agentes, tanto do campo político quanto do educacional, envolvidos de algum modo com o *Telecurso*, mostrando como o projeto, apesar de ser produzido por uma emissora comercial, respondeu a uma expectativa e a uma demanda do governo militar, explicitada tanto em ações e declarações de setores do governo quanto na regulamentação do setor educacional e da comunicação social.

Os territórios de atuação da Fundação Roberto Marinho

Em 26 de setembro de 1977, o empresário Roberto Marinho criou uma Fundação, com o objetivo publicamente declarado de colocar os meios de comunicação a serviço da educação.¹⁸ A partir desse momento, as Organizações Globo passariam a atuar em um segmento ainda pouco explorado pelas emissoras comerciais de televisão no Brasil, o que possibilitaria ao concessionário estreitar ainda mais as suas relações com os diversos setores da sociedade e, sobremaneira, com o Estado, então governado pelos militares.

O período de abertura lenta, segura e gradual do regime militar, capitaneado pelo presidente Ernesto Geisel, a partir de 1974, marcou uma inflexão das ações do Estado em teleducação. Grande parte da estrutura de comunicação existente, com destaque para as emissoras educativas, havia se constituído nos governos militares anteriores. Colocar para funcionar essa estrutura tornou-se a principal tarefa do novo governo para o setor.

Deve-se considerar que mesmo com os diversos programas educativos criados por agentes – públicos e privados – envolvidos com a produção televisiva, ainda não havia no campo televisivo brasileiro, ao final da década de 1970, um modelo de programa que tivesse conseguido responder à demanda crescente por educação na sociedade, e se enquadrasse na lógica do modelo comercial de televisão, já hegemônico

¹⁸ FINGUERUT, Sílvia; Sukman, Hugo (org.). Fundação Roberto Marinho 30 anos. Rio de Janeiro: Goal, 2008. p.11.

no país. Na prática, havia uma série de programas que se configurou, em sua maioria, como mera extensão da sala de aula nos estúdios de TV.

Esse panorama começou a ser alterado em 1978 com a criação do *Telecurso 2º Grau*, programa educativo voltado para a preparação de jovens e adultos, maiores de 21 anos, aos exames supletivos. Ainda que a tarefa de colaborar com a resolução das deficiências educacionais do país pudesse ser realizada pela própria TV Globo que, além de se configurar como a principal emissora no campo televisivo brasileiro na década de 1970, deveria cumprir, assim como as demais, a obrigação legal estabelecida pela Portaria 408, de 1970, editada conjuntamente pelo MEC e pelo MiniCom, e que previa a exibição obrigatória de ao menos cinco horas semanais de programação educativa pelas emissoras comerciais. Porém, Roberto Marinho optou por criar mais uma instituição, ampliando ainda mais o número de organismos pertencente às Organizações Globo.

Se, na visão do empresário, a Fundação Roberto Marinho (FRM) seria a uma espécie de “síntese de todas as sínteses”, capaz de aglutinar todos os objetivos de suas empresas de comunicação, nascida sob o intuito de servir à sociedade brasileira,¹⁹ para os críticos, a nova instituição era apenas o seu passaporte para o céu.²⁰ O fato é que, por meio de uma Fundação, seria possível a arrecadação de fundos, o abatimento de impostos e a captação de verbas públicas e privadas para a execução dos projetos, expedientes que seriam impossibilitados caso o *Telecurso* fosse simplesmente mais um programa na grade da rede carioca de TV.

A FRM iniciou seus trabalhos em duas frentes: na preservação do patrimônio histórico e artístico nacional e na educação. Seu primeiro trabalho, ainda em 1977, foi uma campanha de conscientização a respeito do patrimônio histórico do estado de Minas Gerais. A Campanha de Preservação da Memória Nacional trazia o seguinte slogan: “Nosso passado está vivo, ajude a conservá-lo”. Essa primeira campanha contou com a parceria de instituições especializadas, organismos públicos e uma ampla utilização do alcance nacional da TV Globo para dar publicidade às suas ações. No caso específico dessa campanha, a FRM buscou o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional (IPHAN) e do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), de Minas Gerais. As ações na TV estavam ligadas à divulgação de mensagens televisivas que sensibilizassem a população sobre a importância de se preservar obras de arte, monumentos históricos, etc. A campanha durou oito anos, veiculando mais de 500 propagandas de televisão.²¹ Essa seria uma pequena demonstração do *modus operandi* da FRM no desenvolvimento de seus projetos.

19 O Globo, 09 de agosto de 1979.

20 MACHADO, Romério C. *A fundação Roberto Marinho*. Porto Alegre: Tchê, 1988. p.52.

21 FINGUERUT, Sílvia; Sukman, Hugo (org.). *Op cit*, p.18.

Enquanto a FRM se apresentava à sociedade por meio de uma campanha pela preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, nos seus bastidores um projeto mais ambicioso estava sendo preparado: um curso de ensino supletivo pela televisão – um telecurso. Em 1978, cerca de dois terços da população acima de 21 anos não haviam completado o 2º Grau, situação agravada pelo precário acesso à educação no Brasil. Essa condição justificaria a iniciativa de um curso Supletivo pela televisão e serviria para legitimar a atuação da FRM no setor educacional.

Seguindo a concepção de atuação que já havia sido esboçada na Campanha de Preservação da Memória Nacional, a FRM buscou um parceiro com experiência e reconhecimento social em teleducação. A instituição escolhida foi a Fundação Padre Anchieta (FPA), que desde sua criação, em 1967, empenhava-se na produção de diversos programas educativos.

A instituição paulista tinha uma origem muito diversa de sua congênere carioca. Nasceu da iniciativa do governador Abreu Sodré de criar uma emissora de TV pública para o estado de São Paulo. Desde que iniciou suas emissões, a TV Cultura buscou seu espaço no campo televisivo, destacando-se, notadamente, entre as emissoras educativas, e tornando-se pauta recorrente nos veículos de imprensa paulista como *O Estado de S. Paulo*, a *Folha de S. Paulo* e a revista *Veja*.²²

Apesar de não contar com os recursos econômicos, tecnológicos e artísticos da TV Globo, a FPA, mantenedora da TV Cultura, detinha uma experiência considerável de mais de uma década na produção de programas educativos e era reconhecida no campo televisivo e político como uma emissora com capacidade de produção de programas de qualidade voltados para o ensino e a educação, além do reconhecimento de outros setores sociais que viam na FPA uma instituição exemplar na tarefa de levar cultura à população paulista. Esse foi o principal fator considerado por Roberto Marinho ao escolher a FPA. O empresário sabia da importância de ter ao lado de sua Fundação um parceiro experiente e reconhecido caso quisesse que o *Telecurso* alcançasse sucesso. Em outras palavras, a ideia de Roberto Marinho era a de criar um novo programa televisivo, partindo da experiência da FPA em teleducação, mas agregando ao produto a marca das Organizações Globo.

A parceria entre as empresas de Roberto Marinho e a FPA para a criação de um programa televisivo não era inédita. Anos antes, em 1973, o autor de telenovelas Benedito Ruy Barbosa, que à época trabalhava na TV Cultura, precisou buscar ajuda financeira com a Rede Globo para realizar as gravações da telenovela educativa *Meu Pedacinho de Chão*. Segundo Benedito Ruy Barbosa, em depoimento posterior, havia certo preconceito entre os conselheiros da FPA em gastar os escassos recursos da instituição com a produção de uma telenovela. Por isso, após tentar, sem sucesso, parceria com outros canais de televisão,

22 BARROS FILHO, Eduardo Amando de. Por uma televisão cultural-educativa e pública: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

que sempre propunham uma produção triangular envolvendo o Governo Federal, o autor recorreu à TV Globo. O projeto foi analisado e aprovado por José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, um dos principais executivos da Rede Globo. A emissora carioca forneceu todos os recursos financeiros para cobrir as despesas com os atores e a equipe técnica de produção. Os capítulos da telenovela foram gravados em duas fazendas na cidade de Itu, interior de São Paulo, e nos próprios estúdios da FPA. A trama veiculada simultaneamente, mas em horários diferenciados, pelas duas emissoras, teve um maior impacto na audiência da emissora carioca, sendo responsável pela inauguração e consolidação da difusão de telenovelas no horário das 18 horas da TV Globo.²³

No caso do *Telecurso*, as duas fundações tiveram uma participação ativa no projeto. O trabalho uniu os departamentos de educação da FRM e de ensino da FPA. Nesse sentido, houve uma simbiose praticamente inédita no campo televisivo brasileiro – formada por emissoras muitas vezes antagônicas, e que prezavam mais pela concorrência do que pela cooperação. Esse esforço inicial foi fundamental para a realização do programa.

Após a efetivação do contrato de parceria, as duas fundações elaboraram um cronograma sintético com as principais atividades para o desenvolvimento do trabalho. Entre as atividades previstas para primeira fase estavam: o planejamento; a avaliação com os protótipos dos fascículos; a produção de programa-piloto para TV; a elaboração dos textos para os fascículos; a redação pedagógica; a produção dos programas de TV; e, finalmente, a transmissão.

A avaliação do protótipo dos fascículos, prevista para ser realizada em agosto de 1977, consistiu em um estudo realizado por uma equipe da FPA, no qual buscava-se saber qual seria o melhor material impresso a ser adotado pelo programa. Segundo os organizadores, os fascículos deveriam ser planejados e redigidos com a preocupação de “facilitar ao máximo o aprendizado” do aluno/telespectador²⁴, considerando, ainda, que o público do supletivo já era adulto e, conseqüentemente, estava distante dos bancos escolares há algum tempo.²⁵

Os textos dos fascículos do *Telecurso* eram escritos por professores da Universidade de São Paulo e adaptados por redatores pedagógicos, modelo já utilizado pela FPA durante a produção do *Madureza Ginásial*. Além disso, vale ressaltar que, por seguir o currículo oficial, o *Telecurso* recebeu a chancela “Aprovado pelo MEC”, o que fornecia legitimidade ao material.

Tal atividade era considerada de importância fundamental na execução do projeto, tendo em vista que, a todo o momento, os realizadores do programa

23 MEMÓRIA GLOBO. Autores: Histórias da Teledramaturgia. São Paulo: Globo, 2008. p. 210-211.

24 A utilização do termo aluno/telespectador é uma opção teórica-metodológica. Ainda que não tenhamos desenvolvido análises aprofundadas sobre a recepção do Telecurso, a caracterização desse sujeito que está no limiar entre um aluno e um telespectador foi uma preocupação recorrente. Na impossibilidade de seleção um termo mais preciso, optamos por apresentar esse par, que é capaz de revelar a dimensão do aluno e do telespectador.

25 O Globo, 02 de dezembro de 1978.

reiteravam a importância da complementaridade dos meios (televisão e fascículo) para que o *Telecurso* alcançasse o sucesso. É importante salientar que esse discurso servia, sobretudo, como defesa para possíveis críticas contra o ensino pela televisão. Afinal, não se deve perder de vista que as duas instituições envolvidas com a realização do programa eram empresas televisivas e, conseqüentemente, dariam atenção maior à produção do audiovisual. O grande desafio para as fundações era o de criar um produto televisivo diferenciado que cumprisse os objetivos de ensinar, porém de maneira que atraísse um grande público.

Ao final de 1977, com grande parte das atividades realizadas, as Fundações já podiam dizer que tinham um novo programa educativo para a televisão brasileira. Toda a estrutura estava pronta, havia um plano traçado para a execução do projeto e a clara percepção por parte dos realizadores de como seria o funcionamento do curso. Cumprida essa etapa, apresentar o *Telecurso* para os agentes políticos estaria na ordem do dia. Uma das táticas da FRM era fazer convites e anúncios para o poder público divulgando a nova iniciativa. A adesão de agentes políticos dava ao *Telecurso* o reconhecimento necessário para a ampliação de suas ações comunicacionais em prol da educação em âmbito nacional.

No ar o Telecurso 2º Grau

No dia 16 de janeiro de 1978, na sede da FPA, no bairro da Água Branca, na capital paulista, ocorreu o lançamento oficial do *Telecurso 2º Grau*. A cerimônia, realizada na hora do almoço, reuniu, além dos presidentes das Fundações parceiras – Roberto Marinho e Antonio Soares Amora –, parte do secretariado do Estado de São Paulo, representantes do MEC e funcionários ligados à produção do programa. O evento marcava simbolicamente o início de uma série de ações voltadas à divulgação e à legitimação do *Telecurso* junto à sociedade e ao campo político.

Os números anunciados pelos produtores do *Telecurso* durante a cerimônia eram animadores e impressionantes. Falava-se em 400 mil pessoas, com mais de 21 anos, somente na Grande São Paulo, que potencialmente poderiam ser atendidas pelo programa, que não serviria exclusivamente para preparação aos exames supletivos, mas ofereceria, também, um curso de atualização de conhecimentos.²⁶ A apresentação desses números na cerimônia de lançamento do *Telecurso* possuía um caráter ambíguo. Afinal, se, por um lado, tais dados justificavam a necessidade da existência do projeto de Roberto Marinho, por outro, escancaravam a omissão do Estado, governado pelos militares, na formulação de políticas públicas que fornecessem condições de acesso à educação para aquele contingente populacional.

26 O Globo, 17 de janeiro de 1978.

Durante a cerimônia, coube ao então secretário geral do MEC, Euro Brandão, a ingrata missão de explicar o motivo da existência daquele número de pessoas sem escolarização. De acordo com o secretário, a situação era “perfeitamente natural”, dado que a meta prioritária do Governo Federal para o ano de 1979 era “a escolarização de 90% dos 25 milhões de crianças de 7 a 14 anos de idade”.²⁷

Aliás, “prioridade ao ensino de 1º grau” foi o mantra dos governistas durante toda a cerimônia. José Bonifácio Coutinho Nogueira, presidente da FPA entre os anos de 1969 e 1972, e então secretário de Educação de São Paulo, mesmo reconhecendo que o supletivo pela televisão era uma forma de “recuperar pessoas” que por “razões socioeconômicas não puderam frequentar o antigo curso colegial”²⁸, enfatizava que “a grande deficiência” estava no ensino de 1º grau, nível escolar, no qual dos 700 mil alunos matriculados apenas 200 mil chegavam à 8ª série.²⁹

Já o secretário da Cultura, Ciência e Tecnologia, Max Feffer, lembrou que a oferta de ensino para o 1º grau crescera bastante durante a década de 1970, mas não teve correspondente ampliação no 2º grau.³⁰ E que, dada “todas as razões que não permitiram um grande número de pessoas a frequentar o 2º grau na idade escolar”, o *Telecurso* se constituía numa oportunidade para que os interessados se aperfeiçoassem. Ressaltou, ainda, os baixos custos da produção do programa. De acordo com o secretário, estimativas feitas pela FRM indicavam que, para atender toda a clientela prevista dentro do sistema oficial de ensino, seriam necessários investimentos da ordem de dois bilhões de cruzeiros, considerando os custos de construção, remuneração do corpo docente e equipamento, e que o *Telecurso* custaria apenas 10% desse valor, algo em torno de 200 milhões.³¹

Os primeiros resultados desse investimento puderam ser assistidos pelos presentes à cerimônia por volta das 13h30, horário em que a primeira aula do programa foi reprisada pela TV Cultura. A edição foi um pequeno exemplo do que viria a se constituir o *Telecurso*. A estreia contou com *tapes* do humorista Chico Anísio, dos atores Kito Junqueira e Paulo Gracindo, dos cantores Moreira da Silva, Isaura Garcia, Máisa e Rita Lee.³² Do samba ao rock, do humor ao melodrama, as imagens revelaram o interesse dos produtores em tornar o *Telecurso* um programa atrativo ao grande público.

Porém, Oswaldo Sangiorgi, diretor da FPA, alertava que nada conseguiria substituir um professor. Para ele, mesmo contando com todo esse aparato técnico e artístico, as aulas pela TV não garantiriam o aprendizado e teriam apenas um caráter

27 Folha de S. Paulo, 17 de janeiro de 1978.

28 Folha de S. Paulo, *idem*.

29 O Estado de S. Paulo, 17 de janeiro de 1978.

30 O Globo, 17 de janeiro de 1978.

31 Folha de S. Paulo, 17 de janeiro de 1978.

32 Folha de S. Paulo, *idem*.

motivador para o aluno buscar informação nos fascículos.³³ Assim, entendia que o *Telecurso* seria importante ao “auxiliar o processo educativo, além de ser uma forma de proporcionar educação permanente a todos, através da utilização de multimeios, como fascículos, jornais e televisão”. E ressaltava que o aproveitamento dos alunos/telespectadores somente poderia ser aferido a partir da realização dos exames supletivos oficiais.³⁴

A prudência do discurso de Sangiorgi marcava, de certa maneira, uma distinção entre os agentes envolvidos com programas educativos em emissoras públicas e os que trabalhavam com o entretenimento em estações comerciais. Quando da inauguração do *Telecurso*, Sangiorgi já acumulava uma longa trajetória de atuação com programas educativos. Talvez por conhecer bem os desafios de se educar pela televisão, o diretor do Departamento de Ensino da FPA tenha sido tão reticente em suas palavras iniciais sobre o *Telecurso*. Ademais, é lícito supor que ele desconfiava de que fazer um programa educativo alcançar um grande sucesso, como almejava Roberto Marinho, não era uma tarefa fácil, ainda mais considerando que, historicamente, a televisão brasileira, incluindo a Rede Globo, se dedicou quase que exclusivamente ao entretenimento e à informação.

O próprio Roberto Marinho, sabendo do longo caminho a percorrer com o *Telecurso*, armou-se de todos os argumentos durante o seu discurso para defender o programa diante das autoridades presentes. O empresário classificou o momento como “importante e decisivo”, visto que, com o *Telecurso*, ocorreria efetivamente o encontro dos meios de comunicação de massa com os anseios da sociedade por educação. Admitiu a existência de experiências anteriores na área, mas foi incisivo ao afirmar que o *Telecurso* representava uma incursão pioneira, configurando-se como uma iniciativa que nascia vitoriosa, e se tornara possível pela soma de esforços. Reconhecia que a FPA tinha larga experiência no seu campo de ação e conseguira formar uma competente equipe de técnicos, e que a FRM, embora recente, asseguraria, com sua presença, a contribuição da Rede Globo ao *Telecurso*.³⁵

Roberto Marinho assinalou, ainda, a necessidade de ampliação do público ao *Telecurso*, e ressaltou que, apesar do programa ter sido iniciado somente em São Paulo, o projeto era nacional, “uma contribuição ao Brasil”. E fazendo um paralelo com a história da TV, afirmou: “a televisão tornou-se possível porque tornou rigorosamente nacional a nossa capacidade de comunicação. Somos imagem e som para todo o Brasil. Temos, assim, os instrumentos para as aulas e cursos de âmbito nacional”. O empresário não se esqueceu de salientar o aspecto social do projeto: “a característica

33 O Globo, 17 de janeiro de 1978.

34 Folha de S. Paulo, 17 de janeiro de 1978.

35 O Globo, 17 de janeiro de 1978.

social é inseparável dos meios de comunicação de massa. Nada é social e publicamente mais urgente do que a educação”. E finalizou seu discurso em tom patriótico: “É com esta obra, a serviço do Brasil, a serviço de nosso povo, que concebemos e pomos em prática o *Telecurso*, a cargo da Fundação Anchieta e da Fundação Roberto Marinho”.³⁶

Um dos parceiros do projeto, o jornal *Folha de S. Paulo*, destacou em uma de suas matérias que o *Telecurso* era produzido obedecendo aos princípios básicos de atração dos programas de TV comercial, utilizando uma linguagem acessível aos telespectadores que ainda não cursaram o 2º grau. Também enfatizou o trabalho de atores e apresentadores conhecidos do grande público e o fato das transmissões serem todas realizadas a cores.³⁷ Enfim, o jornal louvou o fato da lógica da TV comercial brasileira, em termos de produção, finalmente chegar aos programas educativos, posicionamento que rendia ao *Telecurso* e aos seus realizadores reconhecimento e legitimação política, contribuindo, em certa medida, para que Roberto Marinho ampliasse ainda mais suas ações no setor das comunicações eletrônicas.

Com o início do *Telecurso* pela televisão, começou também a comercialização dos fascículos nas bancas de jornal. Para potencializar as vendas, as duas Fundações investiram maciçamente em propaganda. Esse tipo de ação publicitária pôde ser constatado pelo leitor dos veículos da mídia impressa um dia após a inauguração do *Telecurso*. Os principais jornais de São Paulo trouxeram, durante as primeiras semanas da novidade televisiva, espaços publicitários padronizados que ocupavam meia página apresentando o programa e divulgando a venda dos fascículos. O anúncio avisava que as aulas de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, Geografia e História ocorreriam durante o primeiro semestre de 1978, e que o material poderia ser adquirido todas as quartas-feiras nas bancas “com a garantia de entrega da frota da Folha”.³⁸

Mas a publicidade do *Telecurso* não ficou restrita aos meios impressos. A televisão também foi um importante canal de divulgação do produto e a participação da Rede Globo no projeto favoreceu ainda mais tal exposição midiática. O canal de Roberto Marinho forneceu, além dos atores para a gravação das chamadas, os horários na TV para sua veiculação. A utilização da TV para a ampla divulgação do *Telecurso* tornou-se uma estratégia comercial assumidamente importante para Roberto Marinho. Em matéria publicada, *O Globo* ressaltou a utilização do meio na divulgação do programa. De acordo com o jornal, os anúncios eram vistos em todo o Brasil cerca de 9.000 vezes por mês. Ainda segundo o periódico, a televisão procurou utilizar todos os recursos que poderiam gerar respostas positivas, entre

36 *O Globo*, Idem.

37 *Folha de S. Paulo*, 17 de janeiro de 1978.

38 *Folha de S. Paulo*, Idem.

eles “o uso da capacidade motivadora da televisão, dentro da mais moderna linguagem, aproveitando até a credibilidade proporcionada pela participação de artistas conhecidos e estimados pelo público”.³⁹

Iniciada a exibição do *Telecurso 2º Grau* e as veiculações publicitárias em São Paulo, competia à FRM buscar contatos com os agentes políticos que viabilizassem as parcerias para a expansão nacional, tarefa que foi constantemente perseguida pelos produtores no decorrer do primeiro semestre de 1978. Dessa forma, Roberto Marinho buscou apoio para lançar o *Telecurso*, de forma paulatina, possibilitando maior visibilidade ao projeto.

Em busca da legitimidade nacional

Conforme estabelecido entre a FPA e FRM, ainda na etapa de planejamento, o momento de expansão nacional do *Telecurso* estava chegando. Os primeiros meses de 1978 marcaram o sucesso das teleaulas e das vendas dos fascículos em São Paulo, além da boa aceitação do programa, que se deu não somente pela audiência, mas, notadamente, por parte de agentes ligados aos poderes públicos – que estavam ansiosos para contar com o *Telecurso* em sua cidade. Naquele momento, a meta da FRM era atingir todo o território nacional, estabelecendo parcerias com secretarias de educação, com emissoras educativas e afiliadas da Rede Globo.

Dessa forma, depois de São Paulo, o próximo local escolhido pela FRM para a exibição foi a Capital Federal. A chegada oficial do *Telecurso* à Brasília, no dia 19 de abril de 1978, foi marcada por uma cerimônia para a apresentação especial do programa às autoridades locais. Estavam presentes os diretores da TV Globo do Distrito Federal, Afrânio Nabuco e Edgardo Erichsen, o secretário de educação do Distrito Federal, embaixador Wladimir Murtinho, o chefe do gabinete do MEC, Carlos Alberto Direito, o secretário-geral do MEC, Euro Brandão, e o reitor da Universidade de Brasília (UNB), José Carlos de Azevedo.

Durante a cerimônia, Roberto Marinho anunciou que, nos dias subsequentes, o *Telecurso* chegaria a mais três cidades: Brasília, Goiânia e Rio de Janeiro. Em seu discurso, o empresário disse que vinha recebendo solicitações de diversas regiões do país para a instalação do projeto. E ressaltou que, “no espaço de 90 dias”, o programa beneficiaria um terço da população brasileira nos principais centros de decisão do Brasil. Reconhecia que o êxito do programa ocorrera rapidamente em decorrência da carência no Brasil de projetos em prol da educação, mas, sobretudo, à “qualidade da oferta elaborada por técnicos e professores, que aliaram o melhor do seu talento à capacidade multiplicadora da televisão”.⁴⁰

39 O Globo, 02 de dezembro de 1978.

40 O Globo, 20 de abril de 1978.

Roberto Marinho afirmava estar ciente da grande responsabilidade de seu programa junto à sociedade. Na falta de dados concretos sobre o sucesso do *Telecurso*, no que se referia à aprendizagem – tendo em vista que ainda não havia sido realizado nenhum exame supletivo oficial –, o empresário falou sobre a importância de sua iniciativa dentro de uma concepção de educação permanente, a qual se fundava “no princípio de que o processo de aprendizado deve prolongar-se e aprimorar-se por toda a vida, objetivando a promoção social, cultural e econômica do ser humano”. E reforçou essa ideia ao recordar que, já na cerimônia realizada na FPA, ele tinha consciência de que o *Telecurso* buscava ampliar o conceito de educação permanente, nos padrões até então implantados no Brasil.⁴¹

Roberto Marinho não poderia deixar de ressaltar que o *Telecurso* estava colaborando para o desenvolvimento nacional. Segundo ele, o programa era fundamental para “o desenvolvimento harmonioso de um país” que estava vivendo um “acelerado processo de mudança e modernização”.⁴² Todavia, essa fala otimista quanto à saúde econômica brasileira não encontrava ecos na realidade, pois, no final da década de 1970, já se podia verificar os primeiros “sinais de esgotamento dos modelos econômicos latino-americanos” que se mostraram “incapazes de manter um processo de crescimento autossustentado”.⁴³ Nesse sentido, o PIB brasileiro, que chegou a crescer a 14% em 1973, com uma dívida externa na casa dos US\$ 12,6 bilhões, após pouco mais de quatro anos registraria 5% de crescimento agregado a uma dívida que multiplicaria por mais de três vezes, atingindo US\$ 43,5 bilhões.⁴⁴

Possivelmente, a centralidade de Brasília e sua representatividade como aglutinadora do poder político nacional fizeram da cidade a favorita para receber o programa antes mesmo do Rio de Janeiro, cidade natal da FRM e da TV Globo. A instalação do *Telecurso* no Distrito Federal possibilitaria a Roberto Marinho alcançar parceiros estratégicos para a expansão, reconhecimento e legitimação política do projeto e de sua Fundação.

Logo após estrear em Brasília, foi iniciada a transmissão do programa em Goiânia e Anápolis. Ao que tudo indica, a FRM não encontrou dificuldades para a instalação do projeto em Goiás. No estado, o principal parceiro era a Organização Jaime Câmara, de propriedade dos Irmãos Câmara, também proprietários tanto da emissora local,

41 O Globo, 20 de abril de 1978.

42 O Globo, Idem.

43 SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.) O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 253.

44 EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.) O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 223.

a TV Anhanguera, afiliada da Rede Globo, quanto do jornal *O Popular*,⁴⁵ periódico encarregado da distribuição dos fascículos do *Telecurso* na região.

O *Telecurso*, que desde os primeiros meses do ano de 1978 estava sendo amplamente divulgado nas páginas d'*O Globo*, e já estava sendo veiculado em São Paulo, Brasília, Goiânia e Anápolis, finalmente chegaria às telinhas cariocas. No Rio de Janeiro, o programa seria veiculado a partir do dia 8 de maio, em quatro horários – às 7h30 e às 8h15, pela TV Globo; e às 16h30 e 19h30, pela TV Educativa; além das reprises nos finais de semana.⁴⁶

O anúncio da chegada do *Telecurso* ao Rio de Janeiro desencadeou demonstrações públicas de apreço de agentes ligados ao campo político, televisivo e educacional. A primeira manifestação pública foi dos representantes do Poder Legislativo da cidade do Rio de Janeiro. Na sessão ordinária do dia 20 de abril de 1978, a vereadora e atriz Daisy Lúcidí (ARENA) destacou “o grande serviço que a emissora estava prestando ao Rio e à nacionalidade”. Naturalmente, essa declaração ganhou destaque nas páginas do jornal de Roberto Marinho. Na notícia, intitulada “*Vereadora aplaude Telecurso*”, o jornal enfatizou os agradecimentos, mas não citou em nenhum momento que Daisy Lúcidí, além de vereadora, era atriz do elenco Global, situação que denota um claro exemplo das interfaces e relações entre o campo televisivo e o campo político.

O discurso realizado pela atriz/vereadora na tribuna da Câmara Municipal do Rio de Janeiro não foi extenso, mas contemplou pontos importantes para o projeto de legitimação da FRM, da Rede Globo e do próprio Roberto Marinho. Segundo a vereadora, o *Telecurso*, que já havia sido “lançado há três meses em São Paulo com um sucesso espetacular”, chegaria ao Rio, apesar dos altos encargos empregados pela FRM. Lúcidí ressaltou o caráter comercial da emissora de Roberto Marinho aos colegas vereadores: “Vejam, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, que beleza de iniciativa! Uma cadeia de televisão, de custos altíssimos, de manutenção elevadíssima, dedica boa parte de seu horário aos que precisam receber instrução do 2º Grau, sem sair de casa”. Daisy Lúcidí encerrou seu discurso reiterando que “a partir do dia 08 de maio, uma segunda-feira, teremos o Telecurso 2º Grau no Rio”, motivo de “incontida satisfação para todos nós, por sabermos que muita gente, milhões de pessoas, estavam esperando ansiosas por esta oportunidade de complementar em casa seus estudos”. E finalizou, afirmando que seu pronunciamento tinha como objetivo: “Prestar ao grande brasileiro Roberto Marinho as homenagens de nossa Casa, as homenagens de nossa Cidade”.⁴⁷

45 CAPARELLI, Sérgio. *Televisão e capitalismo*. Porto Alegre: L.P.M., 1982. p. 109.

46 *O Globo*, 25 de abril de 1978.

47 *Diário da Câmara Municipal*, Rio de Janeiro, 20 de abril de 1978.

Outro agente importante – tanto no campo televisivo quanto no educacional – que se manifestou, a partir da chegada do *Telecurso* no Rio de Janeiro, foi o professor Gilson Amado, então Presidente da Fundação Centro Brasileira de Televisão Educativa (FCBTVE) do Rio. Essa declaração pública também foi divulgada pelo jornal *O Globo*, que não poderia menosprezar um elogio de um dos principais entusiastas da teleducação no Brasil e que atuava em uma emissora parceira. Mas, dessa vez, o jornal utilizou a seção *Carta aos leitores* para publicar a declaração. Na carta, Gilson Amado citou o convênio entre as instituições para a veiculação do programa e parabenizou Roberto Marinho pela iniciativa: “Felicitoo ilustre amigo pelo lançamento do Telecurso 2º Grau, empreendimento educativo e cultural que enriquece a televisão brasileira”. Diferentemente da vereadora Daisy Lúcidí, não esqueceu a cooperação da FPA, o que pode ser explicado tendo em vista sua posição como representante de uma TV educativa.⁴⁸

Chama a atenção o fato da declaração de Daisy Lúcidí ter sido publicada pelo *O Globo* como matéria, enquanto a de Gilson Amado apenas na seção *Carta aos Leitores*, o que nos revela a atenção que Roberto Marinho, por meio de sua empresa jornalística, atribuía ao assunto, marcando claramente a distinção e a importância dos agentes para o processo de legitimação e reconhecimento do *Telecurso*. De um lado, Daisy Lúcidí, que além de vereadora e oriunda da Rede Globo, era figura popularmente conhecida, não somente por sua atuação política, mas sobretudo pela performance artística como apresentadora de um programa na Rádio Nacional desde 1971; do outro lado, um agente relevante dentro do campo televisivo e educacional, com ativa participação nos primeiros experimentos na área de teleducação, mas, embora integrante de uma parceria circunstancial com a FRM, suas considerações e ações dentro do setor se constituíam em uma contraposição ao exaltado pioneirismo de Roberto Marinho na criação e na natureza de financiamento do *Telecurso*. Afinal, há tempos, Gilson Amado defendia que as ações em teleducação deveriam ser fruto da ação do Estado, por meio de suas emissoras educativas, as quais, para o professor, deveriam ter papel fundamental no desenvolvimento educacional do país. Nesse sentido, mesmo reconhecendo que as declarações de Gilson Amado em apoio ao programa eram importantes para a estratégia da FRM de expansão nacional do *Telecurso* – já que, quanto maior o reconhecimento dentro dos campos televisivo, político e educacional, mais legítima tornava-se a atuação da FRM e da Rede Globo na área de educação – Roberto Marinho não concederia um amplo espaço em suas empresas para repercutir declarações de um agente que, na década anterior, também havia colocado no ar um programa educacional pioneiro cujas principais ideias estavam sendo retomadas pelo *Telecurso*.

48 *O Globo*, 12 de maio de 1978.

Um semestre no ar. Foi esse o tempo que a FRM necessitou esperar para que o *Telecurso* despertasse interesse entre os principais agentes do campo político. Esse reconhecimento tornou-se fator preponderante para viabilizar a expansão nacional do projeto a partir de julho de 1978, que, devido ao êxito do *Telecurso* em São Paulo e a sua boa aceitação nas cidades onde fora inaugurado no decorrer do primeiro semestre, não enfrentaria maiores problemas. Afinal, o modo de veiculação e ordenação do projeto já estava sendo executado nas principais capitais do país.

A partir do dia 14 de julho de 1978, o *Telecurso* passou a ser transmitido para todo o Brasil via 33 estações. A ampliação do sinal esteve alicerçada na vasta rede de afiliadas à Rede Globo, nas emissoras educativas do governo federal e em alguns canais comerciais. O alcance nacional do *Telecurso* significava visibilidade às ações da FRM e, por extensão, à Rede Globo, e de todos que faziam parte do projeto. Nesse momento, o *Telecurso* ganhava relevo pela demonstração da força e do alcance geográfico que a televisão comercial poderia atingir em um processo educativo, o que interessava muito aos militares com vistas à sua política de integração nacional. Um desses exemplos foi o convite feito a dois funcionários da Rede Globo, Boni e Mauro Salles, para ministrarem conferências na Escola Superior de Guerra (ESG). O painel, realizado no dia 29 de agosto, sobre o tema *Televisão e Educação: as responsabilidades da TV*, contou ainda com a participação do general Octávio Pereira da Costa, ex-diretor da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) no governo Médici, e de Glauco Carneiro. Esse painel gerou debates acirrados sobre o modelo televisivo brasileiro.

A cada nova teleaula veiculada, a cada nova inserção publicitária, a cada novo fascículo vendido, a marca *Telecurso 2º Grau* consolidava-se como referência na área de teleducação. E, nesse processo de legitimação e reconhecimento, foi fundamental a boa relação estabelecida entre a FRM e os setores políticos interessados em conhecer o projeto. Secretários estaduais ligados à área educacional e políticos, tanto da ARENA quanto do MDB, em todo o país, e até os membros da ESG, já tinham sido apresentados ao *Telecurso*. Por isso, divulgar a iniciativa e ampliar as parcerias era um caminho que deveria ser seguido para que o programa se consolidasse definitivamente e conseguisse o apoio amplo e irrestrito dos militares.

Eis o paradigma

Passados apenas três meses do início da exibição do *Telecurso* em rede nacional, o então presidente da República, Ernesto Geisel, enviou uma carta para Roberto Marinho. Segundo o comunicado, o presidente conheceu o programa a partir de um relatório enviado pelo próprio Roberto Marinho, demonstrando o modo como atuava a FRM na divulgação de seu produto.

Um acontecimento desses não passaria incólume à cobertura d'*O Globo*, sempre em busca de notícias positivas sobre o grupo comunicacional de Roberto Marinho. A matéria com os elogios do presidente ao *Telecurso* foi vendida aos leitores em tom triunfal, com a manchete “Geisel aplaude o *Telecurso*” na primeira página do periódico, e a publicação da carta na íntegra.⁴⁹

Na sua missiva, o presidente assegurava que em “numerosos pronunciamentos” tinha “acentuado e reiterado a preocupação de seu governo” com “a ampliação de oportunidades de educação para todos os brasileiros”, e ponderava que, melhor do que as suas declarações, eram os fatos e os números que confirmavam essa direção. De acordo com Geisel, a mensagem da Presidência da República enviada ao Congresso Nacional com a proposta orçamentária para o ano de 1979 previa a destinação de 43 bilhões de cruzeiros para a Educação e Cultura, sendo que, desse total, cerca de dois bilhões seriam aplicados no Supletivo.⁵⁰ Essa declaração é importante, pois indica que o Governo Federal estaria disposto a investir na educação supletiva, direção que muito interessava a Roberto Marinho.

Geisel aproveitou o espaço do jornal para rebater seus opositores. De acordo com o mandatário, o cuidado com a educação era “a forma básica e autêntica de promover os direitos humanos”.⁵¹ A essa altura, o regime militar sofria diversas críticas não somente dos agentes oposicionistas internos, mas da comunidade internacional, por violações aos Direitos Humanos, sobretudo dos Estados Unidos da América (EUA), situação que levou Geisel a não visitar esse país ao longo de seu mandato. Tais críticas ficaram mais agudas a partir de 1977, com a ascensão de Jimmy Carter à Presidência norte-americana.

A temática do desenvolvimento nacional também recebeu a atenção de Geisel. O presidente afirmou que a destinação de recursos federais para a educação estava intimamente ligada ao “contexto da política para a consolidação do processo de desenvolvimento brasileiro”. E fez um chamamento à iniciativa privada: “em nenhum país do mundo livre o problema da educação se pode resolver por ação exclusiva do governo”. E apontou que a educação fazia parte de um esforço coletivo da sociedade, sendo que essa responsabilidade deveria ser “particularmente acrescida no caso das empresas de comunicação”. Segundo o presidente, “além de maior qualidade e clareza que as técnicas de gravação emprestam às aulas, a televisão multiplica pelo número de aparelhos a ação de um único professor e supre deficiências de instalações escolares e de tempo dos alunos”.⁵² Ao final da carta, o presidente enfatizava: “Por todas essas razões

49 *O Globo*, 26 de outubro de 1978.

50 *O Globo*, *Idem*.

51 *O Globo*, *Idem*.

52 *O Globo*, *Idem*.

registro com efusivos aplausos a iniciativa da Rede Globo, de produzir o *Telecurso 2º Grau*. E reconhecia que o programa era “uma realização que honra a tradição de reais serviços prestados a Nação por Vossa Senhoria [Roberto Marinho] e por essa organização, e merece por isso o apoio do governo e reconhecimento da comunidade brasileira”.⁵³

É interessante notar como Geisel atribuiu a iniciativa do *Telecurso* direta e exclusivamente à Rede Globo, denotando que, apesar do programa ter sido uma iniciativa da FRM em parceria com a FPA, quem mais se legitimava, além do próprio Roberto Marinho, era a TV Globo. Afinal, se até mesmo o presidente da República entendia o programa como uma produção da Rede Globo, o que dizer da audiência regular do *Telecurso*, que via os atores e as atrizes das novelas lecionando disciplinas no programa todos os dias?

No início de 1979, a FRM assinou um novo convênio com um órgão público. A parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal visava à transmissão do *Telecurso* em circuito fechado, em cooperação com a Fundação Educacional do Distrito Federal. Esse foi um passo importante na criação dos Centros de Recepção Organizada (CROs), onde seria possível à população acompanhar o *Telecurso* em turmas e com o auxílio de um monitor. Estavam presentes na cerimônia de assinatura do Convênio, além de Roberto Marinho, o embaixador Wladimir Murтинho, secretário de Educação e Cultura do DF; Calazans Fernandes, responsável pelo departamento de educação da FRM; João Carlos Magaldi, secretário-geral da FRM; Afrânio Nabuco, diretor regional da Globo em Brasília; e Edgardo Ericksen, diretor de relações públicas da Globo-DF. Segundo Calazans Fernandes, “o convênio permitirá fazer uma avaliação correta dos resultados do *Telecurso 2º Grau*, em termos econômicos pedagógicos e sociais”.⁵⁴

A essa altura, o Brasil já tinha um novo presidente, João Baptista de Oliveira Figueiredo. Entretanto, esse fato em nada alterava a relação entre a FRM e o governo militar. Em julho de 1979, o ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella, declarou que não se educava um país de 120 milhões de habitantes com processos artesanais de educação, bem como não se educaria uma sociedade de massa sem a utilização dos meios de educação de massa.⁵⁵ Essa declaração demonstra que o processo de aproximação da FRM junto ao Governo Federal com vistas à produção de um programa com financiamento público estava avançado. Pouco mais de um mês após a afirmativa do ministro de Educação, Roberto Marinho foi convidado para apresentar o *Telecurso 2º Grau* à *Comissão de Educação e Cultura* da Câmara dos Deputados.

53 O Globo, 26 de outubro de 1978.

54 O Globo, 20 de fevereiro de 1979.

55 O Estado de S.Paulo, 17 de julho de 1979.

O convite feito ao empresário Roberto Marinho para esclarecer o funcionamento de seu projeto aos deputados demonstra como as relações entre o empresário e o campo político estavam afinadas. Na sessão, foi acompanhado de João Carlos Magaldi, Calazans Fernandes e Afrânio Nabuco. Roberto Marinho, em longa exposição, discorreu sobre os primeiros projetos da Fundação, que foram realizados ainda em 1977, dedicados à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, com ações específicas em cidades do estado de Minas Gerais. Tratou também das atividades que a FRM vinha desenvolvendo junto às crianças e jovens do Morro da Mangueira e na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, até chegar aos detalhes sobre a criação e desenvolvimento do *Telecurso 2º Grau*. Nesta direção, revelou que a criação do *Telecurso* partira de uma análise daquilo que seria possível executar dentro dos recursos disponíveis. Ressaltou que a Fundação elegera a Educação Permanente “como um capítulo dos mais carentes no quadro total da problemática brasileira cuja solução parcial poderia ser imediatamente atacada”.⁵⁶

O empresário buscou, por meio do seu discurso, mostrar a potencialidade do programa. Afirmou que a trajetória do *Telecurso* já era suficiente para se concluir “que algo novo e importante surgiu no campo da teleducação”. E disse estar honrado em dar seu testemunho à Casa, pois podia assim oferecer “ideias para o debate sobre uma política nacional de teleducação”. Citando Dean Jamison, assessor do Banco Mundial para assuntos da educação, afirmou que o *Telecurso* atendia aos requisitos de “alta qualidade de ensino e custo baixíssimo para o beneficiário”.⁵⁷

Mesmo o *Telecurso* alcançando todos esses êxitos, relatados exaustivamente por Roberto Marinho, o empresário admitiu que não cabia à iniciativa privada arcar com tal responsabilidade sozinha: “um empreendimento de tal envergadura supõe um ônus financeiro que ultrapassa o âmbito da iniciativa privada, quer em termos de esforço operacional, quer em termos de responsabilidade social”. E sentenciou: “O poder público não pode ficar alheio a um problema de vastas dimensões e de implicações tão vitais para o próprio desenvolvimento da nação”.⁵⁸ O argumento do empresário era condizente com a concepção de educação professada pelos militares ao longo da ditadura, que esteve alicerçada em dois pontos-chaves, o ideário nacionalista baseado na Doutrina de Segurança Nacional e o ensaio de um projeto econômico desenvolvimentista que resultavam em uma força de trabalho minimamente especializada.⁵⁹

Assim, Roberto Marinho procurou mostrar aos deputados de que modo o poder público poderia colaborar com o projeto, e citou o exemplo da criação de CROs,

56 O Globo, 09 de agosto de 1979.

57 O Globo, Idem.

58 O Globo, Idem.

59 MARTINS, Maria do Carmo. Currículo, cultura e ideologia na ditadura militar brasileira: demarcação do espaço de atuação do professor. In: CERRI, Luis Fernando (org.). O Ensino de História e a Ditadura Militar. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005. p.17.

os quais, como afirmara anteriormente Calazans Fernandes, poderiam fazer uma grande diferença no processo de aprendizagem do aluno a partir de um mínimo de investimento. E insistiu que, para o efetivo sucesso, se requeria “do poder público uma política educacional específica de apoio à teleducação, reconhecida e incentivada como uma das respostas válidas e inovadoras aos ingentes desafios de países como o nosso, em rápido processo de transformação”.⁶⁰

Ainda que o governo não tenha criado uma ampla política para a teleducação, como sugeriu o discurso de Roberto Marinho, após a reunião com o Legislativo, os militares abriram a possibilidade de financiamento dos projetos da Fundação. Como resultado, no início de 1980, foi assinado por Roberto Marinho e pelo ministro Eduardo Portella, estando Boni entre as testemunhas, o Acordo de Cooperação e Amparo Técnico e Financeiro nº 01/80, com o propósito de implantação de um curso supletivo voltado ao primeiro grau nos moldes do *Telecurso* para todo o Brasil.⁶¹

A criação de uma versão do *Telecurso* para o 1º grau com financiamento público constituía-se como a efetivação dos objetivos buscados pela FRM desde sua criação. A instituição de Roberto Marinho, por meio de suas relações com o campo político, demonstrou como uma emissora comercial poderia cumprir as determinações legais de veiculação de programação educativa e ainda obter lucro. Algo que, para outros concessionários, seria impensável, considerando que o modelo da televisão brasileira, estritamente comercial e calcado no par entretenimento/informação, nunca valorizou uma programação educativa. E mesmo ocupando um horário marginal na grade de programação da Rede Globo, o programa conseguiu consolidar sua marca como um produto de sucesso da televisão brasileira. Marca, essa, que estava intimamente relacionada à emissora de Roberto Marinho. Sem contar que, a partir daquele momento, as emissoras concorrentes não dispunham de recursos tecnológicos e financeiros para competir com o modelo de teleducação que o *Telecurso* impunha.

Como já se anunciava, o convênio assinado entre a FRM e o MEC para a elaboração de um *Telecurso* voltado para o 1º grau não contou com a participação da FPA. Roberto Marinho optou por diversificar seu parceiro escolhendo, naquele momento, a UnB. Essa situação incomodou alguns dirigentes da FPA, que perceberam que o espaço da instituição paulista no projeto diminuiria vertiginosamente logo após a produção, e que, a partir da exibição do programa em rede nacional, passou a ser comum as pessoas identificarem o *Telecurso* somente à Rede Globo, desprezando o fato da parceria com a fundação paulista. Situação, essa, que culminou com declarações fortes em relação ao programa de um dos homens mais importantes da FPA.

60 O Globo, 09 de agosto de 1979.

61 MILANEZ, Liana. TVE Brasil: cenas de uma história. Rio de Janeiro: ACERP, 2007. p.63.

Essas críticas tiveram ressonância n’*O Estado de S. Paulo*. O jornal, que sempre ocupou suas páginas com notícias relacionadas à TV Cultura, publicou uma matéria na qual enfatizava as palavras proferidas por Osvaldo Sangiorgi durante sua conferência no Seminário sobre Ensino Supletivo, ocorrido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Na matéria, o jornal destacou as conclusões do professor sobre a “utilização abusiva da tecnologia no ensino e particularmente no curso supletivo”. Em clara referência ao *Telecurso*, a matéria ressaltava que, segundo Sangiorgi, “o ensino tradicional era fundamentado no trinômio ‘quadro-professor-livro’ e, quando os três processos eram eficientes, o ensino poderia ser considerado satisfatório”. E completava avaliando que, naquele momento, ocorria o inverso: “as escolas quase não têm quadros-negros, os livros são deficientes e os professores, por razões diversas, não têm condições de ensinar eficientemente”. Ainda segundo o professor, “a tecnologia como elemento único de promover o aprendizado já demonstrou suas distorções e não adiantam circuitos fechados de TV, audiovisuais e livros pretensamente simples para educar um aluno”. Sangiorgi diagnosticava que ocorria uma proliferação de cursos supletivos em detrimento da escola tradicional, sendo que os primeiros, só em São Paulo, já contavam com 150 mil alunos inscritos. Ao final da matéria, o jornal apresenta as últimas observações feitas pelo professor e que, de algum modo, também recaíam sobre o governo: “Apontou o fato de os programas virem com o aviso de ‘recomendado pelo MEC’ e, ao mesmo tempo, recomendarem a compra de fascículos nas bancas de jornal”. O professor entendia que, ao recomendar o programa, o ministério passava ao aluno/telespectador a impressão de que bastaria assistir às teleaulas para se ter o direito ao diploma, bem como a venda dos fascículos nas bancas criava a ilusão de que o certificado viria anexo.⁶²

A parceria entre MEC e FRM não passaria incólume nem mesmo dentro do Governo Federal. Além das críticas já citadas de Osvaldo Sangiorgi, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma outra matéria destacando que a teleducação havia perdido verbas, e que tal queda nos recursos inviabilizaria o atendimento dos programas básicos e prioritários.⁶³ Segundo Reynaldo Valinho, titular da Secretaria de Aplicações Tecnológicas (Seat), o órgão dispunha de CR\$ 128,5 milhões para o exercício do ano de 1980, contra CR\$ 214,4 milhões para o ano anterior, representando, assim, decréscimo real na ordem de 60%, e nominal de 40% quando comparados os dois orçamentos.⁶⁴ O valor, segundo informava Valinho, era muito inferior ao destinado à FRM para a execução de supletivo de 1º grau. E acrescentava, ainda, que o orçamento da secretaria teria de ser de CR\$ 600 milhões para a pasta conseguir atender às demandas de

62 *O Estado de S. Paulo*, 29 de abril de 1980.

63 *O Estado de S. Paulo*, 05 de junho de 1980.

64 *O Estado de S. Paulo*, Idem.

assistência financeira a entidades de teleeducação responsáveis pela produção e aquisição de séries ou filmes educativos, bem como as tarefas de produzir, gerar, distribuir e veicular programas educativos para rádio e televisão, adquirir e instalar equipamentos e obras. Ou seja, justamente o papel que o governo esperava que fosse desempenhado com o *Telecurso 1º Grau*.

Em matéria publicada na quarta-feira, 17 de setembro de 1980, o jornal *O Estado de S. Paulo* divulgou uma denúncia de repasse de verbas do governo federal à FRM, feita por Luís Eduardo Nascimento, então diretor da TV Educativa do Espírito Santo. Segundo o diretor, o MEC transferiu à FRM, por determinação do ministro do planejamento, Delfim Neto, a quantia de “Cr\$ 285 milhões para a realização de um curso supletivo de 1º grau a ser veiculado por todas as emissoras de televisão do país, em cumprimento à Portaria 408”. Para Nascimento, a “medida é absurda”, pois a FRM, não tendo recursos próprios para produzir o programa, teria de recorrer à FCBTVE, órgão que deveria ter sido acionado desde o início para “o cumprimento da missão”. Nascimento ainda revelou que, enquanto os órgãos públicos estavam realizando “esforços sobre-humanos para formalizar projetos”, a FRM “ganha de mão beijada uma grande verba que poderia ter sido destinada não só à rede de emissoras educativas como às próprias universidades que atualmente enfrentam problemas até de falta de giz”. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, Nascimento não soube explicar a razão pela qual a FRM fora contemplada com Cr\$ 285 milhões. Porém, fez observações contundentes ao jornal: “Só sei que a Rede Globo é um país dentro de um país e, nesse episódio, me senti como um menino pobre que queria apenas uma bala doce, enquanto um outro, muito rico, ganhava sem maiores esforços um saco de balas”.⁶⁵

O convênio do MEC com a FRM geraria mal-estar também na TVE do Rio de Janeiro. A emissora, que havia acabado de criar a telenovela didática *A Conquista*, voltada para as últimas séries do 1º grau, se viu obrigada pelo MEC a substituí-la pelo *Telecurso* de 1º grau da FRM. O conflito acabaria ocasionando o afastamento do então diretor executivo da TVE, Ronaldo Nordi, que se recusara a tirar o programa do ar.⁶⁶

O *Telecurso 1º Grau* produzido pela FRM, em parceria com a UnB e com financiamento público, entrou no ar a partir de 16 de março de 1981. O programa conseguiu ampliar a grandiosidade, em termos quantitativos, do seu precursor, tendo em vista que as aulas começaram simultaneamente em todo país, reunindo mais de 50 emissoras de TV e cerca de mil estações de rádio, aproveitando toda a estrutura do Projeto Minerva do MEC.⁶⁷

65 *O Estado de S. Paulo*, 17 de setembro de 1980.

66 MILANEZ, Liana. *TVE Brasil: cenas de uma história*. Rio de Janeiro: ACERP, 2007. p.62.

67 *O Globo*, 15 de março de 1981.

Em 1981, o *Telecurso* voltaria a ser tema de debate na ESG, mas, diferentemente da primeira vez, quando foi assunto coadjuvante dentro do painel sobre *Televisão e Educação*, o programa foi pauta principal e, por isso, a conferência contou com a presença de Roberto Marinho e de José Carlos de Almeida Azevedo, reitor da UnB. O evento teve a cobertura do jornal *O Globo*, que publicou na íntegra, como era de costume, as duas conferências, e dava como manchete, em letras garrafais: “*Telecursos* de 1º e 2º Graus são experiências vitoriosas”. Esse evento na ESG é significativo, pois marcou o fim de uma fase e o início de outra dentro do projeto da FRM para a educação brasileira. De 1978 a 1981, o *Telecurso* conseguiu se consolidar como uma marca de sucesso, graças à ampla divulgação aos agentes interessados, conseguindo, ao cabo, o reconhecimento dos militares, evidenciado, sobretudo, pelo financiamento público para a versão do programa voltada ao então 1º Grau.

Com tais objetivos alcançados, Roberto Marinho declarou, durante sua conferência, que a FRM “lançava o *Telecurso* 2º Grau com a convicção de poder contribuir de maneira objetiva no esforço educacional brasileiro”. Segundo ele: “Ao favorecer a educação de todos, os meios de comunicação de massa estão promovendo ativamente a elevação da cultura e da civilização do povo brasileiro”.⁶⁸

Considerações Finais

O sucesso do *Telecurso* pode ser atribuído a dois fatores. Primeiro, um amplo trabalho na produção audiovisual do programa, que resultou em boa aceitação da audiência e, conseqüentemente, seu reconhecimento no campo televisivo e em setores oficiais envolvidos com a política educacional. Segundo, a capacidade que a FRM teve de aproximar, em prol do projeto, diversos agentes do campo político e educacional, característica que só foi possível porque o *Telecurso* estava em consonância com o regime militar, pois, mesmo em um período notadamente marcado pela distensão política, e um arrefecimento do poderio dos militares e, concomitantemente o crescimento das forças de oposição, não há dúvidas de que ter o apoio oficial do governo militar constituía-se como um dos objetivos principais da FRM, sobremaneira em termos de financiamento público dos seus projetos.

Para tanto, o *Telecurso* teria de responder às expectativas dos governos militares para a educação. Expectativas que tiveram seus delineamentos lançados já no início do regime, com os acordos MEC-USAID e as reformas no sistema de ensino. O objetivo da integração nacional era uma característica que convergia o *Telecurso* e, por extensão, à Rede Globo, e os líderes do regime militar. Afinal, em uma iniciativa inédita, um

⁶⁸ *O Globo*, 25 de junho de 1981.

programa instrucional era veiculado por uma TV comercial em nível nacional, e seus conteúdos eram os mesmos para todo o país, o que significa um modo de integração via teleducação. Em outras palavras, o *Telecurso* conquistou aquilo que o regime militar esperava realizar com as emissoras educativas: uma ampla rede capaz de integrar o país, compartilhando suas ideias e seus valores educativos.

Nesse sentido, as relações de Roberto Marinho com o campo político mostraram-se cruciais para a criação, o desenvolvimento e o sucesso do *Telecurso*. Graças ao trânsito que o empresário detinha entre as autoridades governamentais, conseguiu transformar o *Telecurso 2º Grau* em solução para parte dos problemas educacionais brasileiros. Soma-se a isso a utilização de toda estrutura de suas outras empresas de comunicação, como o jornal *O Globo*, para dar visibilidade ao projeto. Como pudemos demonstrar todos esses elementos transformariam o *Telecurso*, ainda no início da década de 1980, em paradigma para o ensino na televisão brasileira, servindo como elemento legitimador das ações da Rede Globo.

Artigo recebido em 24 de janeiro de 2016.

Aprovado em 08 de setembro de 2016